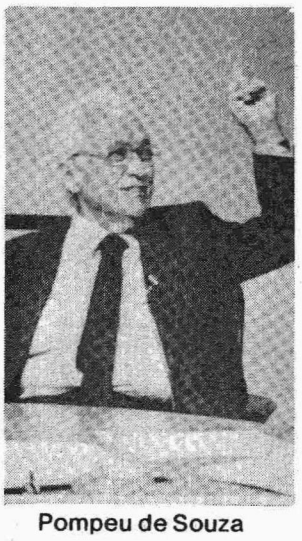
Idéia de tombamento não pega

Políticos e população acham que há coisas mais sérias

RICARDO HOLLANDA
Da Editoria de Cidade

"Se for ruim para a cidade, serei contra". a reação do senador Meira Filho (PMDB) leva o peso de quem preside a Comissão do DF no Senado e de uma maneira geral reflete a opinião da maioria dos políticos ouvidos sobre a idéia do tombamento do Plano Piloto de Brasília. E o deputado Augusto Carvalho (PCB) se espanta perguntando se também não "vão tombar as invasões", um dos piores quistos encravados na periferia da jovem capital brasileira e também em alguns pontos do Plano Piloto. E a população também parece não gostar muito desse projeto do governador José Aparecido.
Alguns dos entrevistados dizem que há coisas mais importantes para se fazer no momento. E a falta de moradia é uma delas, principalmente para uma cidade com um déficit de mais de 100 mil casas, principalmente para a população de baixa renda. Mas há quem também concorde com o tombamento, como um motorista de táxi que acredita ser "uma boa". E arrematou: "Se o governador quiser fazer, como é que a gente vai impedir"?


Pompeu de Souza

Decreto não tem valor jurídico

O governador José Aparecido lançou mão equivocadamente de um decreto para baixar as normas e critérios do tombamento de Brasília, disse o senador Pompeu de Souza (PMDB/DF). Segundo o peemedebista, o decreto não regulamenta simplesmente a Lei 3.751/60 (Lei San Thiago Dantas), mas a inova não tendo, portanto, valor jurídico.

Para Pompeu a decisão de tombar Brasília cabe ao Congresso Nacional, para onde, acredita, o governador deveria ter encaminhado seu pleito. Defendeu que a matéria tramite na forma de projeto de lei para ser apreciado nas duas Casas — Câmara e Senado. Na opinião do parlamentar, o decreto foi feito "às pressas" e está repleto de erros e remissões.

Lamentou ainda que o governador José Aparecido, ao baixar o decreto, tenha atropelado um grupo de estudos que analisava a matéria cuidadosamente desde 1981, na busca de uma fórmula ideal de preservação arquitetônica da obra de Oscar Niemeier e Lúcio Costa.. "O tombamento está sendo feito a revelia de uma equipe que estava trabalhando nesse sentido", protestou o parlamentar. Pompeu porém acha justo que se preserve Brasília. "Sou favorável a que se transforme a cidade em monumento da humanidade, afinal, ela é uma revolução tanto urbanística como arquitetônica", acentuou, depois de frisar a necessidade de a decisão provir de lei do Congresso.

"Se for ruim, serei contra"

O senador Meira Filho (PMDB-DF) afirmou ainda não ter opinião formada sobre o tombamento de Brasília, já decretado pelo governador José Aparecido. O parlamentar declarou que a questão é "curiosa" e informou que, na próxima sexta-feira, a Comissão do Distrito Federal no Senado reúne-se para ouvir secretários do GDF e representantes de sindicatos e entidades ligadas à construção civil e meio ambiente sobre o assunto.

Lembrando que mora em Brasília há 28 anos, o senador saudou a possibilidade de a Unesco vir a declarar a Capital da República como patrimônio histórico e cultural da humanidade. Será válido como reconhecimento, uma distinção e homenagem a essa cidade", disse o peemedebista. Meira afirmou que, até sexta-feira passada ainda não havia lido o decreto de Aparecido tratando do tombamento, mas que iria estudar a questão pormenorizadamente.

"Não vão tombar as invasões"?

"A decisão sobre o tombamento do Plano Piloto tem de ser discutido pela sociedade. .E necessário que sejam ouvidas as associações e entidades ligadas ao meio ambiente, arquitetura, urbanismo, engenharia e, sobretudo, a população". A afirmação é do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que se mostrou preocupado com o procedimento que poderá ser utilizado para se tombar Brasília.

Para o parlamentar, é essencial que num tombamento se tenha em mente a qualidade de vida da população e a manutenção do padrão arquitetônico da cidade, fatores que tornam Brasília, em sua opinião, "uma das maravilhas do mundo". Adverte que a capital da República é inseparável da realidade de miséria que convive a sua volta. "Vão tombar as invasões?", indagou.

Acha perigoso o estabelecimento de um tombamento generalizado. Lembrar que no futuro haverá necessidade de obras em benefício da cidade e que poderão não vir a ser realizadas em vista do tombamento. Apontou, como exemplo, a necessidade da construção de passarelas sobre áreas de intenso tráfego, como entre o SBS e a SCS.

Maurício Corrêa

Preocupação é com superficial

"O governador José Aparecido tem umas idéias esquisitas. Se preocupa com o superficial e não com a questão de fundo, que é a social, muito mais importante", reagiu o senador Maurício Corrêa (PDT/DF) ao ser indagado sobre o tombamento do Plano Piloto e áreas vizinhas. O parlamentar não escondeu sua irritação com o decreto governamental.

Na opinião de Maurício Corrêa, o tombamento genérico proposto poderá prejudicar, no futuro, a realização de obras em favor da população. Para o pedetista, Aparecido poderia ter proposto o tombamento de determinadas construções da cidade, "mas, querer tombar tudo eu acho um risco muito grande."

Sociedade deve participar mais

O deputado Sigmaringa Seixas (PMDB/DF) defende a preservaç-ao das características originais do Plano Piloto. Porém, acha que o decreto governamental tem "absurdos" como preservar monumentos que nada têm a ver com a cidade. Sustentou a necessidade de um debate mais amplo da matéria com a sociedade.

Ao comentar o decreto, Sigmaringa ponderou não se justificar que a definição dos limites e termos desta preservação sejam estabelecidos a revelia de setores importantes e habilitados a opinar sobre isso, como o Sindicato dos Arquitetos e o Grupo de Trabalho de Brasília. Advogou que a preservação do Plano Piloto é tarefa da própria sociedade, que não pode ser colocada passivamente diante desta questão.

Ainda é cedo para a decisão

"Não entendo muito desse negócio de tombamento. Mas acho que isso deveria ser matéria a ser tratada mais no futuro", disse a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF). A parlamentar lamentou a preocupação do governador com o tombamento e declarou. Tem tanta coisa prioritária para o governador José Aparecido se preocupar, principalmente na área social. Tanta gente reclamando que não tem casa para morar, a água do Gama dando diarréia".

— Não vejo porque dedicar o tempo do governo para o tombamento de Brasília — acentuou.

A deputada lembra que a cidade tem um código de obras que impede qualquer modificação no plano original elaborado por Lúcio Costa. Espera que o tombamento não custe nada, seja apenas para "registrar"a çapital mais moderna do mundo. "Agora, se depender de gastar dinheiro tem tantas outras prioridades na cidade". Declarou que o governador é um "futurólogo", pois pensa no futuro do DF. "Ele está governando Brasília no ano 3000, sei lá. O governador está muito adiante de nós, só que o presente está muito triste. Não acho que ele esteja errado. Só que ele pensa no futuro e esquece o presente".

Defendeu que em lugar de tombar Brasília, a Unesco deveria se preocupar com Ouro Preto, Olinda, o Pelourinho em Salvador, Alcântara ou as Missões no Rio Grande Sul. "Nós temos no País obras de arte preciosíssimas destruídas pelo tempo. Por que então a Unesco não se volta para esses lugares em vez de Brasília?".

Maria Abadia